

A renúncia como saída

Olimpio Cruz Neto
Denise Rothenburg
Da equipe do **Correio**

No final da noite de ontem no gabinete 7 do Senado Federal, o clima era de velório. Ali despacha, por enquanto, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). ACM esperava que o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) não recomendasse em seu relatório claramente a cassação, dando margem à possibilidade de ainda negociar-se uma punição mais branda, a suspensão temporária do mandato. Diante do relatório, ACM e os aliados mais próximos, como seu sobrinho Paulo Magalhães (PFL-BA) e o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) interpretavam que se caminhava para um fato consumado. Instalado o processo de cassação, não haveria mais volta. Na boca de todos, surgiu então a palavra que até então ACM ainda evitava: renúncia. No gabinete de José Roberto Arruda, a palavra proibida também era voz corrente.

Publicamente, os dois senadores ainda não admitem a hipótese. Mas, nas conversas reservadas de ontem ela crescia como inevitável. "Talvez eu não tenha mesmo outra saída", admitiu ACM a um de seus aliados e a um assessor. No gabinete de Arruda, chegou-se a estudar o momento mais apropriado para o ato da renúncia.

Nas avaliações com os aliados e assessores, os dois senadores concluem que a renúncia pode acabar sendo a única saída, caso desejem preservar o direito de retomar a carreira política já em 2002. Os dois consideram que a pena de cassação, sugerida ontem pelo senador Saturnino Braga (PSB-RJ) ao anunciar o relatório em que pede a abertura do processo por quebra de decoro parlamentar contra ambos, é a tendência do Conselho de Ética.

Saturnino responsabilizou diretamente Antonio Carlos e Arruda pela violação do painel eletrônico do Senado (veja *Íntegra do relatório na página 12*). Diante da gravidade de tal ilícito, que ele configura como quebra do decoro parlamentar, ambos devem ser cassados. A votação do relatório será na próxima quarta-feira. O placar pela execução política de ambos ontem era de 8 votos contra 6 (veja *quadro na página 7*). Apenas dois integrantes do conselho ainda estão indecisos.

Dentro da tropa de choque carlista, há quem considere que diante do quadro adverso, as chances de salvar ACM são remotas. Os aliados do senador baiano acreditam que ele, assim como Arruda, deve optar pela renúncia. Há quem sugira que

Ronaldo de Oliveira



O RELATÓRIO APRESENTADO POR SATURNINO RECOMENDOU AS PERDAS DO MANDATO, SITUAÇÃO QUE COMPLICA O FUTURO POLÍTICO DE ARRUDA E ACM

tome este caminho antes mesmo da próxima sessão do Conselho. "Não há razão para prolongar esse drama", disse ontem um aliado de Antonio Carlos.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

Oficialmente, o senador baiano não jogou a toalha. "Não há essa hipótese de renúncia", disse Antonio Carlos, logo depois de encerrada a sessão do conselho em que Saturnino apresentou o relatório. "Espero vencer e disputar os votos na área própria", completou. Anteontem à noite, porém, em entrevista à Rede Globo, ACM admitiu a hipótese de renúncia. Depois, ontem, chegou a reclamar da emissora. Arruda foi na mesma direção: "Não considero essa hipótese (de renúncia)", afirmou. Dentro do PFL, no entanto, ninguém vislumbra outra saída. A cassação significará o fim da carreira política de ambos pelos próximos anos. Por isso, a renúncia coloca-se como última saída. "Eles (ACM e Arru-

da) não são suicidas", afirma um pefelista.

A estratégia do PFL ainda é pela busca do abrandamento da pena, com a suspensão do mandato de ACM e Arruda. Mas as chances dessa alternativa vingar são cada vez mais remotas. "Estão promovendo o linchamento de Antonio Carlos", admitiu Waldeck Ornêlas (PFL-BA). O pedido de vistas do processo, apresentado por Paulo Souto (PFL-BA) — outro carlista —, foi a estratégia adotada ontem pelo PFL para tentar a última carta. Souto ou Ornêlas deverão apresentar na próxima quarta-feira um voto em separado — na prática, um relatório alternativo ao de Saturnino — em que propõem a pena de suspensão temporária do mandato de ambos.

O problema de Antonio Carlos é ampliar o placar dentro do conselho em favor do abrandamento da pena. Até agora, de certo, tanto ele quanto Arruda só contam, em tese, com seis votos, se de fato Lauro Campos não seguir a orientação do bloco da oposi-

ção e votar contra a cassação. Seguros estão os votos da bancada do PFL dentro do conselho. O outro voto que poderia ser favorável, o do próprio Arruda, não deve nem chegar a ser proferido. O suplente do senador por Brasília no conselho, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), já apresentou um requerimento pedindo o desligamento do ex-líder do governo pela ausência nas reuniões. Antero acusa Arruda de faltar a oito sessões consecutivas, das 12 que o conselho promoveu este ano. Inclui-se as que compareceu como depoente. De acordo com as normas do Senado, mesmo justificando as faltas, nenhum integrante do conselho pode faltar a mais de seis sessões. A questão será definida também na próxima semana.

Para conseguir abrandar a pena, ACM e Arruda terão de contar com o apoio de senadores do PSDB ou do PMDB. O senador baiano acredita que ainda é possível investir em alguns indecisos. O problema é que a pressão do outro lado também é grande.

O governo tem fugido como pode da pecha de ter participado da promoção de um acordo. "Já chega o desgaste pela operação de acabar com a CPI da Corrupção", afirma um senador do PSDB.

A tática de guerrilha adotada pelo PSDB e pelo PMDB mostrou-se ostensiva ainda na sessão de ontem. Para evitar surpresas, conseguiram aprovar a tese de que a votação deve ser aberta, e não sigilosa, como queria Antonio Carlos. "O voto aberto é uma aberração", reagiu ACM. Tebet comunicou a decisão sobre o tipo de voto, antes mesmo de Saturnino ler o relatório. Anteontem, a tática havia sido previamente amarrada por Tebet junto com Renan e o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA), desafeto de Antonio Carlos.

A definição do voto aberto ainda ontem foi acordada quando os três tiveram a informação de que Saturnino iria incluir no relatório a indicação da pena máxima para ACM e Arruda.